

Dos membros do Conselho e suas competências

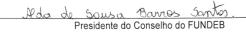
Art. 13. A atuação dos membros do conselho do Fundo:

- I não é remunerada;
- II é considerada atividade de relevante interesse social; III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem
- IV veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e informações:
- diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato: a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou
- transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho:
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;
- V veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.
- Art. 14. Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.
- Art. 15. Compete aos membros do Conselho:
  - I Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
  - II Participar das reuniões do Conselho;
- III Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
  - V Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 16. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de
- Art. 17. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.
- Art. 18. Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho
- Art. 19. O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.
- Art. 20. Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público
- Art. 21. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Agricolândia, 04 de Novembro de 2024



## ID: 45ADDCE894024



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA

AV. PREF. ANTONIO DE PÁDUA DA COSTA LIMA, 27 CNPJ: 06.554.448/0001-33

## EXTRATO DE CONTRATO

**INEXIGIBILIDADE** Nº 023/2024

FUNDAMENTO: art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DO GRUPO EXÉRCITO DE DEUS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A FESTA DA

PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA-PI

CONTRATO: IN nº 01.023/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADO: ENCANTO PROMOÇOES E PRODUÇOES DE SERVIÇOS LTDA,

inscrita no CNPJ sob o número 10.499.311/0001-09.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

**FONTE DO RECURSO: 500** 

ASSINATURA DO CONTRATO: 05/11/2024.

VALIDADE: 31/12/2024.



LEI Nº 1115/2024, 05 DE NOVEMBRO DE 2024

Reconhece a pesca artesanal como Patrimônio Cultural Imaterial de Luís

A PREFEITA DE LUÍS CORREIA - PI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1°. Fica reconhecida a pesca artesanal de Luís Correia, Piauí, Brasil como Patrimônio Cultural Imaterial do município.
- Art. 2°. O reconhecimento mencionado no Art. 1° abrange todas as práticas, saberes, técnicas e expressões culturais relacionadas à pesca artesanal, que são transmitidas de geração em geração e contribuem significativamente para a identidade cultural da comunidade local.
- Art. 3º. O Poder Executivo, através dos órgãos competentes, adotará as medidas necessárias para a promoção, preservação e divulgação da pesca artesanal de Luís Correia, bem como para o apoio aos pescadores e às suas famílias.
- Art. 4°. A implementação desta lei poderá contar com a colaboração de instituições de pesquisa, organizações não governamentais e outras entidades que atuem na defesa do patrimônio cultural e ambiental.
- Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luís Correia, 05 de novembro de 2024.

MARIA DAS DORES
FONTENELE
BRITO:5662928134
BRIT
Dadi

Maria das Dores Fontenele Brito Prefeita Municipal

Luís Correia-PI - CEP: 64220-000 CNPL06 554 448/0001-33